



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Processo nº: 2193/SEMEC/2024.

Objeto: DISPENSA COLHONETE.

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

INTRODUÇÃO

Este documento descreve as primeiras etapas da fase de planejamento e apresenta a pesquisa necessária para contratar uma solução que atenda aos requisitos abaixo.

O principal objetivo é estudar detalhadamente os requisitos e determinar no mercado a melhor solução para satisfazer as necessidades, respeitando as regras e princípios vigentes da administração pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Creche Municipal de Educação Infantil – CMEI Pingo de Gente necessita de novos colchonetes para a sua turma de Educação em Tempo Integral.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A aquisição está prevista no Plano Anual de Contratação (pág. 73, item 1.11 Detalhamento por Itens: Material Educativo e Esportivo), estando essa alinhada com as leis orçamentárias e sendo o orçamento capaz de cobrir as despesas desta aquisição.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na execução das despesas deverá se seguir o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes, buscando sempre a otimização das compras e a execução dos serviços, em prestígio a moralidade, impessoalidade, economicidade, qualidade e eficiência, observado os valores, estado e especificações apresentados no Termo de Referência e em seus complementos.

O Prazo de Entrega dos itens será de 15 dias, a contar do recebimento da Solicitação de Entrega pelas contratadas através de nota de empenho.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A descrição das quantidades estimadas foi feita através das necessidades da CMEI Pingo de Gente.



Detalhamento no quadro a baixo:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QTD
1	UND	COLCHONETE 180X60X4 D23 NAPA - COMPOSIÇÃO INTERNA ESPUMA DE POLIURETANO - IMPERMEÁVEL, ANTIÁCARO E ANTIALÉRGICO - ACABAMENTO: SELADO, SEM ZÍPER - DENSIDADE: 23	40,00

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E DE PREÇOS

Na forma do disposto no artigo 18, §1º, da Lei Federal 14.133/2021, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento realizou uma análise comparativa entre as soluções identificadas, com objetivo de identificar a que apresente maior vantajosidade econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental, possibilidade de compra e opções menos onerosas à Administração Pública.

Para atender a demanda de material a única solução factível é a aquisição dos materiais, tendo em vista não ser possível trabalhar com possibilidades de locação ou prestação de serviços no presente caso.

Foram feitas várias cotações com empresas que entregam produtos similares aos demandados, estando a média de preços logo após as cotações, ambos anexos a este Estudo.

O valor global do ajuste é de aproximadamente R\$ 6.262,80.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Verificado a vantajosidade da aquisição é interessante sua efetivação quando comparado com o preço praticado no mercado e os benefícios ao desenvolvimento infantojuvenil.

Procura-se então a melhor opção disponível no mercado, sendo a melhor opção para o presente caso é a aquisição direta dos itens, nas quantidades demandadas e com a entrega resultante de devida organização entre a unidade demandante e a empresa.

Todavia, no que se refere ao processo legal de aquisição a dispensa de licitação ocorre quando a Administração Pública está autorizada a contratar diretamente, sem o processo de licitação, por razões expressas em lei.

No presente caso, o principal argumento a favor do processo de dispensa se trata de baixo valor, haja vista a hipótese apresentada no art. 75, inciso II da lei 14.133/21 (alterado pelo decreto 11.871/23) de que processos com valores inferiores a R\$ 59.906,02 seriam dispensáveis a licitação.



A justificativa aqui é que o custo de se realizar uma licitação formal supera os benefícios que ela traria em contratos de menor valor. Portanto, esta equipe de planejamento conclui que a aquisição direta de materiais via dispensa de licitação torna-se o meio que melhor atende a Administração Pública, atendendo aos critérios de economicidade e vantajosidade.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ademais, no presente caso, considerando se tratar de um único item, ocorre inviabilidade técnica levando ao não parcelamento dos itens, devendo uma única empresa estar responsável pela entrega de todos os itens.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição dos colchonetes, espera-se uma melhoria significativa no conforto e bem-estar das crianças durante os períodos de descanso, especialmente para os alunos da turma de educação em tempo integral. Esses alunos permanecem na creche por um período prolongado, o que torna ainda mais importante a existência de um local adequado para o repouso, garantindo que estejam descansados e mais dispostos para as atividades pedagógicas e recreativas.

A qualidade e padronização dos colchonetes também contribuirão para um ambiente mais higiênico e seguro, reduzindo o risco de alergias e desconfortos físicos, fundamentais para crianças que passam o dia inteiro no ambiente escolar. Além disso, a organização do espaço será otimizada, facilitando a limpeza e manutenção das salas de descanso, o que é essencial para a rotina diária intensa da creche.

Com o desgaste dos itens já existentes na creche, a compra de novos colchonetes torna-se necessária para atender às necessidades das crianças e garantir um cuidado adequado e de qualidade.



9 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Devendo apenas a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura indicar servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Mesmo que ocorram subcontratações por parte da empresa, desde que entregue os itens nas devidas condições constantes no Termo de Referência, não existe impedimento ante ao objetivo desta proposta.

Não havendo necessidade de contratações correlatas ou interdependentes pela Administração ao manter ciência da responsabilidade da empresa ganhadora de entregar os itens.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dispensado nos termos do § 2º, art. 18 da lei 14.133/2021, por se tratar de contratação que não objetiva o descarte dos colchonetes já existentes ou pressupõe atividade atípica/complexa por parte da contratada, sendo os impactos ambientais controlados por outras instituições.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

13 – ELABORAÇÃO:

ANDRÉ FERNANDO PEREIRA BIANCHINI

Agente administrativo – Mat. 1626

14 – AUTORIZAÇÃO:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA – SEMEC

Proc:
Folha:

GILCLEIA APARECIDA MISS

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura – Port. 286/GP/2024

Primavera de Rondônia, 24 de outubro de 2024